

Vida Mundial

nº 1829 3/10/74

p. 59-60: Portugal:

geografia política dos católicos

(grat. - Maria de Lourdes Pinheiro Ilgo)





Fundação Cuidar o Futuro

VIGILÂNCIA POPULAR: A REACÇÃO NÃO PASSA

ENTREVISTA COM COSTA GOMES

PORTUGAL: GEOGRAFIA POLÍTICA DOS CATÓLICOS

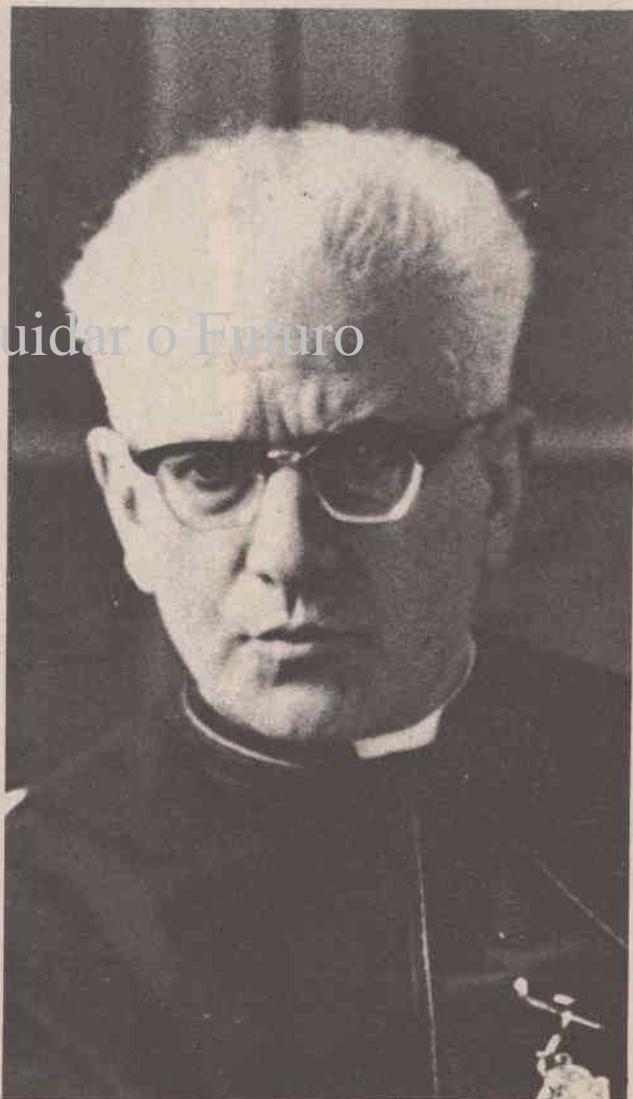
NUM PAÍS QUE, PELO MENOS EM TERMOS ESTATÍSTICOS, SE APRESENTA COM LARGA PREDOMINÂNCIA DE CATÓLICOS, PENSAMOS SER DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA CONHECER A SUA ARRUMAÇÃO POLÍTICA, POIS O PESO QUE REPRESENTAM EM VOTOS PODERÁ VIR A SER DECISIVO NAS OPÇÕES POSSÍVEIS PARA O FUTURO DO PAÍS.

Se posto umas décadas atrás, o problema não seria sequer passível de discussão, pois a arrumação dos católicos far-se-ia automaticamente à direita, do lado da ordem estabelecida, entre as forças não diremos conservadoras mas reaccionárias. Os sonhos de restauração medieval da cristandade, a ressurreição da aliança entre a cruz e a espada, o trono e o altar, a utopia do sacro império estavam suficientemente vivos para determinar — como determinaram — um alinhamento incondicional de apoio a quem prometia a reintegração de Portugal “na linha da sua tradição histórica”. O apoio dos católicos ao regime fascista nos primeiros tempos da ditadura é facto que está por demais na recordação de todos para que valha a pena sublinhá-lo.

Este monolitismo político não se manteve, porém, até à queda do regime, e, nos últimos tempos, foi aumentando progressivamente o número dos católicos que, por sua conta e risco, claro está (queremos dizer, sem obediência a qualquer palavra de ordem da hierarquia, e muitas vezes até contrariando discretas orientações em sentido contrário), romperam o bloco e destruíram o mito da identificação de católico com conservador. Sobretudo a partir de 1958, ano em que o bispo do Porto dirigiu a Salazar a sua famosa carta, muitos foram os católicos que assumiram posições não só de discordância tácita, mas até de crítica aberta e de militância operante contra o fascismo em Portugal.

Ao mesmo tempo que isso acontecia, outros fenómenos, porém, se verificavam no seio da Igreja em matéria de política. Dois nos parecem particularmente relevantes. Em primeiro lugar, a progressiva discreção do apoio ao regime por parte dos responsáveis oficiais da Igreja. Pressionada pela base, que chamava em seu apoio gestos e palavras vindos de Roma, a hierarquia portuguesa foi esbatendo a nitidez do seu apoio e procurando, muito mais do que o fizera no passado, dar à sua posição uma aparência de neutralidade política.

Em segundo lugar, o aparecimento de grupos minoritários, extremamente agressivos, que, a pretexto de defender a fé e a Igreja, tentavam um trabalho visando reintegrar na extrema-direita a opinião católica ou, pelo menos, desacreditar como cristãos os “dissidentes”. Tal era o sentido de grupos como a Resistência e o Vector, que integravam certo número de padres bem conhecidos e que, se nunca conseguiram o reconhecimento oficial de movimentos da Igreja, também nunca como tais foram desacreditados pela hierarquia, podendo antes dizer-se que contavam com as simpatias e o apoio, mesmo, de largos sectores do episcopado.



BISPO DO PORTO
Uma rara excepção



MARIA DE LURDES PINTASSILGO ■ MÁRIO NOGUEIRA ■ MAGALHÃES MOTA ■

Função Católica no Primeiro Governo Provisório

Seria, pois, errado supor, mesmo antes do 25 de Abril, um monolismo político por parte dos católicos ou uma arrumação indiscriminada dos mesmos à direita. A situação caracterizava-se, antes, pela justaposição de três sectores de opinião que podemos esquematizar como segue: uma extrema-direita aguerrida e forte, com vastos apoios dentro e fora da Igreja; uma direita moderada, apoiando, pelo menos tacitamente, o regime e em que as posições oficiais teriam o seu enquadramento natural; uma esquerda em progressão crescente, acolhendo as forças mais jovens e conscientes do clero e do laicado, sem opções políticas definidas, mas tendo como denominador comum a oposição ao regime. É a partir destas posições de base que a situação actual deve ser encarada.

AS DETERMINANTES DE BASE

Por debaixo desta diversidade de opções políticas havia, como determinantes, posições ou perspectivas diversas em relação à fé. De facto, na base das posições conservadoras ou de direita, é fácil identificar as perspectivas duma religião tradicionalista e uma concepção fortemente autoritária da Igreja, a traduzirem-se num cristianismo estático, apostado sobretudo em conservar o passado. No lado contrário, encontramos uma grande abertura aos ventos de renovação da Igreja, uma concepção dinâmica de

cristianismo, a prevalência, na concepção de Igreja, dos valores da comunidade sobre os da autoridade.

O realismo ou a nitidez das posições políticas consequentes está na razão directa da força com que se acentua cada uma daquelas perspectivas. É interessante notar que às instâncias do regime deposto não passaram despercebidas as implicações políticas destas posições religiosas. Os meios de comunicação social controlados pelo Governo foram verdadeiras tribunas de ataque a uma e de defesa da outra, nem era raro ver os responsáveis oficiais fazerem, em discursos públicos, incursões teológicas de sentido inequivocamente marcado.

Tomando como base esta indicação, podemos tentar, dentro da Igreja, uma primeira identificação de forças que depois veremos traduzir em termos de opção política.

Começando pela hierarquia, lembremos como ela ficou conhecida no Concílio Vaticano II pelo seu conservadorismo à *outrance* (salvo raras e conhecidas excepções). Os bispos portugueses foram dos que mais dificilmente aceitaram as tímidas inovações brotadas do concílio, que, aliás, nunca chegaram a assimilar. Uma psicose de medo (e uma notável falta de inteligência teológica,) a que não era alheio o clima político do País, colocou-os na cauda das hierarquias da Europa em matéria de renovação da Igreja. Paralelamente, as suas posições políticas - ou, se preferirmos, as suas posições com implicação política - situaram-se sempre numa inequívoca linha de direita conservadora, que os levou a nunca deixar de fazer ao regime os "favores" que ele lhes pedia, e, sobretudo, os impediu sempre de denunciar os atropelos à dignidade humana de que era vítima a



sociedade portuguesa e que, como "peritos em humanidade", tinham mais que ninguém o dever de denunciar.

— Dada como assente esta posição do episcopado, é evidente que as obras e movimentos da Igreja que se colocassem numa atitude renovadora teriam fatalmente de assumir uma posição de marginalidade, ou virem a sofrer, por parte dos responsáveis hierárquicos, o "saneamento" que garantisse a sua fiel caminhada dentro de linhas conservadoras.

Típico, por exemplo, o caso da Acção Católica que, após o Concílio, se lançou num trabalho profundo de esclarecimento renovador. Ao fim de poucos anos, os dirigentes seus responsáveis viram-se afastados e substituídos por leigos inócuos, com os quais se afastasse o duplo perigo de politização do movimento e de ousadias renovadoras que, dizia-se, ameaçavam a integridade da fé. Em compensação, os Cursos de Cristandade, arvorando um triunfalismo ruidoso e uma concepção de vida cristã em que predominavam as práticas duma religião alienante sem incidências de reflexão incarnada, foram calorosa e entusiasticamente acolhidos pela hierarquia.

A *Opus Dei* — a quem não falta quem acuse de propor um projecto cristão de base não evangélica e que, mesmo dentro da Igreja, sempre encontrou fortes resistências, nomeadamente por parte da Companhia de Jesus — nunca foi obstaculada no seu trabalho por parte dos bispos portugueses. O mesmo não poderá dizer-se do *Movimento do Graal*, cujas tendências inovadoras mereceram a desconfiança de muitos bispos, nomeadamente do antigo patriarca de Lisboa, cardeal Gonçalves Cerejeira.

Dos outros movimentos mais ou menos oficiais, dispensamo-nos de falar. É sabido como, sempre que surgiram fermentos de renovação, os bispos operavam um rápido e eficaz

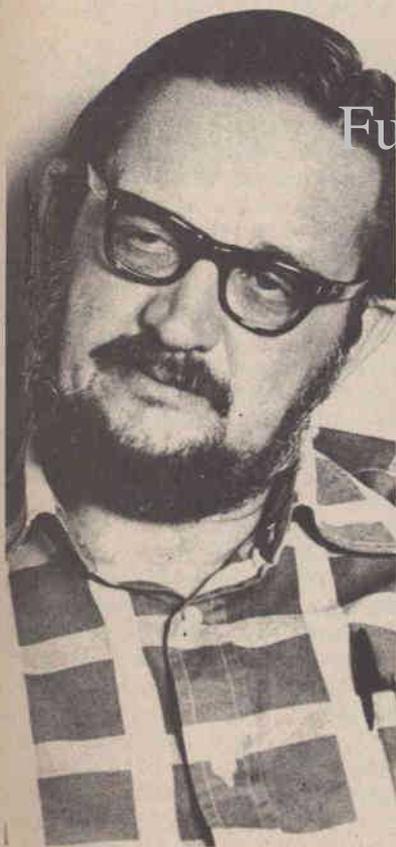
"saneamento": casos como os dos seminários da Guarda e Olivais, das paróquias de Belém e de Cascais são suficientemente elucidativos neste aspecto. Note-se que, em todos estes casos, o motivo dominante para a actuação dos bispos foi a suposta utilização das obras da Igreja para fins políticos. Os responsáveis "saneados" eram acusados de fazer política — e "fazer política", no caso, era tudo quanto não conduziisse ao *amen* da aceitação da ordem estabelecida; porque o apoio declarado ou tácito ao regime, esse nunca foi denunciado como situando-se fora da missão da Igreja.

■ ARRUMAÇÃO À DIREITA



Com estes dados de base, não será difícil esboçar uma geografia política dos católicos em Portugal após o 25 de Abril. No leque de opções partidárias já presente na cena política é possível encontrar a expressão das tendências identificadas.

É evidente que o episcopado professará, oficialmente, uma atitude de neutralidade política. No entanto, salvo raras e conhecidas excepções, as suas preferências situam-se logicamente à direita — uma direita que, quanto possível, dê a aparência de centro. Esta posição, longe de constituir uma hipótese arbitrária, é o que logicamente se conclui das declarações oficiais vindas a lume após e a propósito do 25 de Abril. A manifesta falta de entusiasmo pelo acontecido, a pressa e o vigor com que se



■ NUNO TEOTÓNIO PEREIRA ■ FELICIDADE ALVES ■ MILLER GUERRA ■
Crítica aberta e militância operante contra o fascismo



EX-PATRIARCA DE LISBOA ■ ARCEBISPO DE BRAGA ■ BISPO DA GUARDA
(Gonçalves Cerejeira) (Francisco Maria da Silva) (Policarpo da Costa Vaz)

Uma linha da direita conservadora

denunciam e condenam os "excessos" nascidos do 25 de Abril — na boca de quem nunca teve uma palavra de condenação para as arbitrariedades e atropelos do fascismo — deixam transparecer bem a nostalgia do paraíso perdido que as ideológicas considerações sobre a democracia mal conseguem disfarçar. Aliás, a campanha anticomunista em que se encontram empenhados tantos órgãos da Imprensa controlada pela Igreja e os termos em que nela são comentados os acontecimentos da vida nacional não deixam margem para dúvidas a tal respeito.

A extrema-direita católica, já actuante no tempo do fascismo, não vai também ficar inactiva. É certo que grande parte do seu poder lhe vinha do apoio do regime, e muitos dos seus elementos defendiam, afinal, as prebendas com que o regime os distinguia: cargos de assistência religiosa a "patrióticas" organizações, capelarias chorudas, o direito de monopolizar a informação religiosa na Rádio e na Televisão... Mas é de esperar que a motivação religiosa com que já se cobriam venha a acentuar-se mais agora, com a invocação da necessidade duma defesa da Igreja. Este grupo minoritário poderá contar com a adesão de padres mais idosos e poderá, através deles, encontrar eco fácil em zonas rurais relativamente vastas do Norte e das Beiras, entre um povo inculto e sobre o qual a Igreja mantém uma influência notável. O que aconteceu durante a recente campanha de alfabetização parece apontar nesse sentido.

Mas o grosso de clérigos e leigos da ala conservadora — e são indubitavelmente o maior número — não se situará na extrema-direita. Encontrará a sua expressão em partidos de direita, declarada ou camuflada de centro. O Partido Liberal, por exemplo, parece estar a merecer as simpatias de muitos padres, que consigo arrastarão, naturalmente, o cortejo mais ou menos longo dos fiéis sobre os quais têm influência. É natural que para ele venham a convergir muitos votos recrutados neste campo, sobretudo se o Partido da Democracia Cristã não conseguir vingar.

Este partido parece ter surgido como expressão duma mentalidade típica de certos ambientes conservadores da Igreja, nomeadamente dos Cursos de Cristandade. A demagogia implícita na rotulação cristã que se atribuiu foi oportunamente denunciada pelos organismos operários da Acção Católica. O esmorecimento crescente dos Cursos de Cristandade tira-lhe, certamente, muitos dos trunfos com que poderia contar há alguns anos, mas nem por isso a sua mentalidade defensiva deixará de lhe grangear adeptos virtuais em certas camadas do clero e do laicado conservador.

Especial atenção merece o Partido do Centro Democrático Social (C. D. S.), expressão política do *Opus Dei*, a que pertencem muitos dos seus fundadores. Declarando-se ao centro, mas identificado pelas forças políticas com partido da direita, o Centro Democrático Social estará nas condições ideais para recolher os votos da ala mais esclarecida do conservadorismo católico. A sua obstinação centrista e o direitismo transparente das suas tomadas de posição, longe de serem incoerência, parecem antes constituir prova de argúcia política, a apontar para aqueles sectores da Igreja a quem, como dissemos, interessa a camuflagem de centro para cobrir uma opção de direita. O *Opus Dei* não é uma organização de massas, mas timbra por um grande espírito de disciplina e uma grande eficácia na execução. Se usar estas qualidades na sua propaganda, poderá atingir grandes resultados. Até agora, o C. D. S. não usou — e também nisso dá provas de inteligência — o argumento religioso para apoiar o seu programa. Mas o personalismo que invoca como ideologia de base denuncia suficientemente a sua inspiração cristã. Não sabemos até que ponto Emmanuel Mounier aceitaria apadrinhar o programa que propõe...

Quanto aos chamados católicos progressistas, a sua arrumação far-se-á, naturalmente, à esquerda. Queremos dizer, num leque político que, neste momento, poderá começar no P. P. D. e terminar no P. C. P., embora não seja de excluir o ingresso de

alguns em movimentos da extrema-esquerda — o bispo do Porto referiu-se já àqueles que ultrapassaram os comunistas pela esquerda.

Este grupo de católicos não é muito numeroso, se comparado com o grosso das hostes arregimentadas pelo conservadorismo. Pode, no entanto, dizer-se que agrupa o que há de melhor e de mais consciente em padres e leigos na Igreja portuguesa. Na antiga ala liberal da Assembleia Nacional figuraram alguns dos seus nomes, e muitos desenvolveram grande actividade na S. E. D. E. S. A revolução do 25 de Abril prestou-lhes justiça, ao incluir no primeiro Governo Provisório algumas das suas personalidades.

Nesta linha serão de situar o que ainda resta dos sectores juvenis da Acção Católica, com especial relevo para os organismos operários e estudantis, e os grupos mais ou menos marginalizados a que se acolheram os que não encontraram na Igreja oficial o espaço de liberdade que desejavam: antigos dirigentes e militantes da Acção Católica e muitos padres em desacordo mais ou menos profundo com a orientação oficial da Igreja.

A relativa pequenez do seu montante em número parece largamente compensada pela capacidade de irradiação de que dão provas. Com a vantagem de, como cristãos, o não serem por força de hábito ou tradição, mas por opção consciente e reflectida. Não será ousadia prever que é a eles que a História reconhecerá o papel de representarem na vida política do País a mais autêntica expressão cristã.

■ DENOMINADORES COMUNS E DIFERENCIAÇÃO DE FUNDO

Na diferenciação de opções políticas que os caracteriza, algumas notas comuns são de apontar: antes de mais, a recusa de uma denominação religiosa ou a invocação de princípios religiosos como justificação política; a recusa de posições meramente defensivas e a convicção mais ou menos profunda da necessidade duma transformação da sociedade, a traduzir-se em tendências de vário cariz para soluções de tipo socialista. É na medida dessa transformação da sociedade e nos meios que se propõem para a conseguir que se diversificam por um vasto leque de opções partidárias.

Uma primeira divisão parece, no entanto, de fazer entre aqueles que consideram incompatível com a fé a acção revolucionária de base marxista e aqueles para quem a análise marxista da sociedade parece indispensável como instrumento de trabalho na transformação do mundo.

O primeiro grupo é indubitavelmente superior em número e beneficia duma larga base de opinião, robustecida por décadas de propaganda anticomunista e pelas advertências repetidas do magistério da Igreja. O segundo, mais dinâmico, parece estar a invadir largos sectores da opinião católica mais jovem, sobretudo na sequência do diálogo entre cristãos e marxistas, há anos promovido na Alemanha pela Paulusgesellschaft e em que se distinguiram Roger Garaudy, do lado marxista, e o padre Girardi por parte dos cristãos — um e outro desacreditados depois pelas respectivas "igrejas".

■ A POSSÍVEL ARRUMAÇÃO À ESQUERDA

No actual xadrez político de Portugal, o P. P. D. parece muito bem colocado para acolher os primeiros. Os segundos distribuir-se-ão entre o Partido Socialista e organizações afins do Partido Comunista. É assim que vamos encontrar em lugares de relevo do M. D. P./C. D. E. (cuja ligação com o P. C. P. parece hoje indiscutível) nomes conhecidos dos meios católicos: Felicidade Alves, Luís Moita, Lindley Cintra. Esta solução parece, aliás, a mais indicada para enquadrar, de momento, uma colaboração com o comunismo de individualidades reconhecidas como católicas. Também no P. S. os nomes de Manuel Serra e João Gomes (antigos militantes jocistas) testemunham desta opção. O P. S. pode, aliás, como já aconteceu em França, vir a revelar-se como o lugar ideal para o empenhamento deste tipo de cristãos, ao propor, sobre a base duma análise marxista da sociedade, a construção dum socialismo em liberdade.

Uma referência especial merece o M. E. S. (Movimento da Esquerda Socialista), se evoluir no sentido que as suas primeiras tomadas de posição deixam adivinhar. De facto, aquilo que muitos cristãos reivindicam como especificamente seu é a função crítica em relação à sociedade. Existe entre as camadas mais avançadas a convicção de que, independentemente de opções concretas, o cristão deve sobretudo funcionar como consciência crítica do mundo. Não vale a pena alongar-nos a explicar o que tal ideia deve a uma concepção eminentemente profética da Igreja. O Movimento da Esquerda Socialista parece talhado à medida para acolher cristãos deste tipo. E, de facto, nele vamos encontrar grande número de católicos oriundos dos sectores mais avançados dos movimentos da Igreja, nomeadamente dirigentes e militantes da Acção Católica na fase da sua abortada reforma.

■ CONCLUIR SEM CONCLUSÃO

Faltam neste esboço vários elementos de análise, nomeadamente no que se refere às ordens religiosas, em que é possível encontrar, afinal, os elementos diferenciados que encontramos no conjunto da Igreja. O que fica deixa à mostra um panorama quiçá mais variado do que seria de pensar "a priori". Importa, no entanto, sublinhar que grande parte da opinião católica não pode ser enquadrada dentro dos parâmetros esboçados, simplesmente porque não existe. Queremos dizer que larguíssimos sectores do catolicismo português são constituídos por massas rurais sem qualquer dimensão política adquirida, o que faz delas presa fácil de propagandas oportunistas. Se caminhar-mos no sentido de "um homem, um voto", serão esses sectores que poderão fazer pender decisivamente os pratos da balança na opção que se avizinha. Em tais circunstâncias, a posição do clero poderá ser determinante. Mas, de acordo com o panorama esboçado, um alinhamento automático com as forças reacionárias está limiarmente afastado. O resto dependerá da capacidade de manobra e de propaganda das forças políticas em presença.

Visto do ponto de vista da distribuição política dos católicos, afinal, o panorama português só pode, de momento, definir-se pela negativa. O futuro dirá o resto.

J. FERREIRA